

O MINISTRO da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, conversou esta semana com os líderes de partidos na Câmara sobre a tarefa ingrata que é equilibrar as finanças públicas. A receptividade parece ter sido boa, na base do entendimento de que é preciso haver renúncia de parte a parte — o Congresso, concordando com o corte de verbas orçamentárias atribuídas a interesses políticos, enquanto o Governo se dispõe a abrir mão de alguns projetos não essenciais.

O QUE é fora de dúvida é que os impasses precisam ser vencidos — e logo, para aproveitar a aura de boa vontade que ainda perdura na atmosfera, provocada pela nomeação de Fernando Henrique. Desperdiçada essa oportunidade, o Governo pode perder as esperanças de mostrar qualquer resultado satisfatório no acerto final das contas.

O MOMENTO continua a ser delicado. Notícia-se o crescimento do PIB, e, conseqüentemente, da capacidade de arrecadação; mas esse ganho é compensado e ultrapassado por uma estrutura administrativa que está muito longe de ter al-

cançado o seu ponto de equilíbrio.

A INFLAÇÃO vai firme nos seus índices estratosféricos. Inflação a 30% é doença aguda; e os sintomas patológicos permeiam a sociedade. Bastou, por exemplo, que aumentasse o poder de compra do brasileiro médio para que diversos setores (sobretudo os oligopolizados) acelerassem os seus índices de remarcação — o que aumenta a injeção de veneno, e, portanto, desestimula um crescimento sustentado.

O GOVERNO também partiu para uma política de tarifas mais realistas para os preços públicos — o que significa novos pontos percentuais de aumento da inflação.

POR tudo isso, um acerto que desmonte o mecanismo diabólico não pode ficar esperando pelas primeiras folhagens do Natal. Há uma negociação urgente a ser feita com estados e municípios, que gostam de endividar-se e fazer o Governo federal pagar a conta.

E, NÃO por último, é preciso enfrentar decididamente pro-

blemas como o dos gastos das estatais. As confusões administrativas dos últimos meses deixaram o universo das estatais um pouco (ou bastante) entregue a si mesmo. Foi o suficiente para que, neste setor, se partisse para um audacioso projeto de "recomposição salarial" sem relação com a realidade do país ou com a produtividade dessas empresas.

COM isto, as estatais conseguiram voltar à posição que ocupavam antes do Governo Collor, consumindo algo como 3,5% do PIB (contra 2,1% em 1990 e 1991). Nada justifica isso, a não ser o descontrole administrativo e o apetite corporativo.

AS estatais raciocinam em termos de Estado rico; esquecem que Estado rico não quer dizer nação rica, como vem mostrando o exemplo brasileiro.

SÓ há uma saída para essa persistente incapacidade de aceitar a realidade: ampliar e acelerar o processo de privatização. Foi exatamente por esse tipo de problema que a privatização ganhou impulso em todo o mundo.